



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em São Pedro dos Ferros – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de São Pedro dos Ferros 26	
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise Temática	36
3.3	Clipping de Notícias	75
3.4	Textos Acadêmicos	79
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	83
4.1	Turismo	83
4.2	Cultura	83
4.3	Esporte e Lazer	85
5	Avaliação de Impactos	88
5.1	Metodologia	88
5.2	Resultados	108
6	Créditos e Referências	114

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização município São Pedro dos Ferros.....	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em São Pedro dos Ferros.....	40
Figura 8 Hotel Dona Luzia	45
Figura 9 Parque Municipal de Exposição Geraldo Batista.....	50
Figura 10 EMATER - MG.....	53
Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	55
Figura 12 Cartaz de divulgação de apresentação do Grupo Coração de Ferro	62
Figura 13 Imagem da página do Projeto Memória.....	63
Figura 14 Aulas de capoeira da ONG Arte e Vida Solidária	65
Figura 15 Festival de Pipas	66
Figura 16 Cartaz de divulgação da 46 ^a . Festa do Ferrense Ausente	66
Figura 17 Nuvem de termos referente ao clipping de São Pedro dos Ferros	79
Figura 18 Modelo de Gráfico de Radar	94
Figura 19 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	95
Figura 20 Classificação da Significância de Impactos	96

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de São Pedro dos Ferros.....	35
Gráfico 2 Impactos na imagem do município.....	110
Gráfico 3 Impactos econômicos sobre o setor de turismo	111

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização de São Pedro dos Ferros e de Minas Gerais (%).....	27
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - São Pedro dos Ferros e de Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - São Pedro dos Ferros e Minas Gerais (1991,2000 e 2010.....	32
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de São Pedro dos Ferros e de Minas Gerais (2010 – 2013	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – São Pedro dos Ferros	38
Tabela 8 Equipamentos de Alimentos e Bebidas	46
Tabela 9 Serviços de Transporte.....	49
Tabela 10 Locais e Templos de Fé/Edificações	51
Tabela 11 Pontuação no ICMS Cultural – São Pedro dos Ferros (2013-2017).....	60
Tabela 12 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – São Pedro dos Ferros (2014-2016.....	60
Tabela 13 Patrimônio Cultural e Memória	67
Tabela 14 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer	74

Tabela 15 Clipping de notícias - São Pedro dos Ferros.	75
Tabela 16 Síntese de citações – São Pedro dos Ferros	80
Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	89
Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	91
Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	112
Tabela 20 Listagem de participantes de reunião institucional em São Pedro dos Ferros .	114
Tabela 21 Equipe Técnica	114

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de São Pedro dos Ferros, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de São Pedro dos Ferros aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de São Pedro dos Ferros/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de São Pedro dos Ferros. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que, embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de São Pedro dos Ferros

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

O processo de ocupação do território no qual se localiza São Pedro dos Ferros remete à fixação dos irmãos Silvério, Manoel e José Rodrigues Ferro na vertente esquerda do rio Santana (IBGE, 2016).

Posteriormente, os irmãos construíram uma capela em reverência a São Pedro, onde iniciou-se um processo de ocupação no seu entorno. A partir disso, surgiu o povoado de São Pedro dos Ferros, em homenagem à capela de São Pedro e aos irmãos Ferro (IBGE, 2016).

Apenas com a Lei estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, São Pedro dos Ferros passou a ser distrito de Rio Casca. A sua emancipação político-administrativa deu-se a partir do Decreto-Lei nº 1058, de 31 de dezembro de 1943 (BARBOSA, 1995).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de São Pedro dos Ferros possui área de 402,54 km², fazendo parte da Mesorregião da Zona da Mata e da Microrregião de Ponte Nova. Sua temperatura média é de 23,5° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: São, Abre Campo, Rio Casca e São José do Goiabal. São Pedro dos Ferros é constituído por sua sede e pelo distrito de Águas Férreas (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se que a população de São Pedro dos Ferros em 2016 era de 8.231 pessoas e sua densidade demográfica de 20,75 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de São Pedro dos Ferros foi de -1,17%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município novamente registrou valor negativo, sendo este de -1%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 76,16%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 81,18%, em 2010. Valor aproximado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização de São Pedro dos Ferros e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
São Pedro dos Ferros	População urbana	65,54	76,16	81,18
	População rural	34,46	23,84	18,82
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de São Pedro dos Ferros era composta por 49,39% de homens e 50,61% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano

foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de São Pedro dos Ferros, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 37,1%, em 1991, para 19,2%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (5,7%, em 1991, para 16,3%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, 5,1% da população de São Pedro dos Ferros possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de São Pedro dos Ferros possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em São Pedro dos Ferros, no ano 2000, a razão de dependência foi de 63,06%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 52,9%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 10,78% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - São Pedro dos Ferros e de Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
São Pedro dos Ferros	Razão de dependência	76,88%	63,06%	52,9%
	Taxa de envelhecimento	6,35%	8,68%	10,78%
Minas Gerais				
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a São Pedro dos Ferros e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso à São Pedro dos Ferros se dá pela via terrestre. Embora o município não possua terminal rodoviário, o embarque e o desembarque de passageiros é realizado ao lado da Praça Prefeito Armando Rios.

São Pedro dos Ferros é atendido pela MG-329⁸, situando-se a 219 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ponte Nova (59 Km) e Caratinga (81 Km). Estradas vicinais ligam o município a localidades rurais adjacentes. O transporte intermunicipal é realizado principalmente pelas empresas Raulsoarense e Pássaro Verde (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

⁸ A MG-329 se liga à BR-116 e à BR-120 (PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio ferroviário se dá no município de Ipatinga, que conta com estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, enquanto o Aeroporto da USIMINAS, também em Ipatinga, constitui-se na opção mais próxima naquilo que se refere aos serviços aeroviários (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que São Pedro dos Ferros conta com a empresa Oi como a principal operadora de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui uma emissora de rádio, sendo esta a Onda Livre.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e as principais vias de acesso ao município de São Pedro dos Ferros.

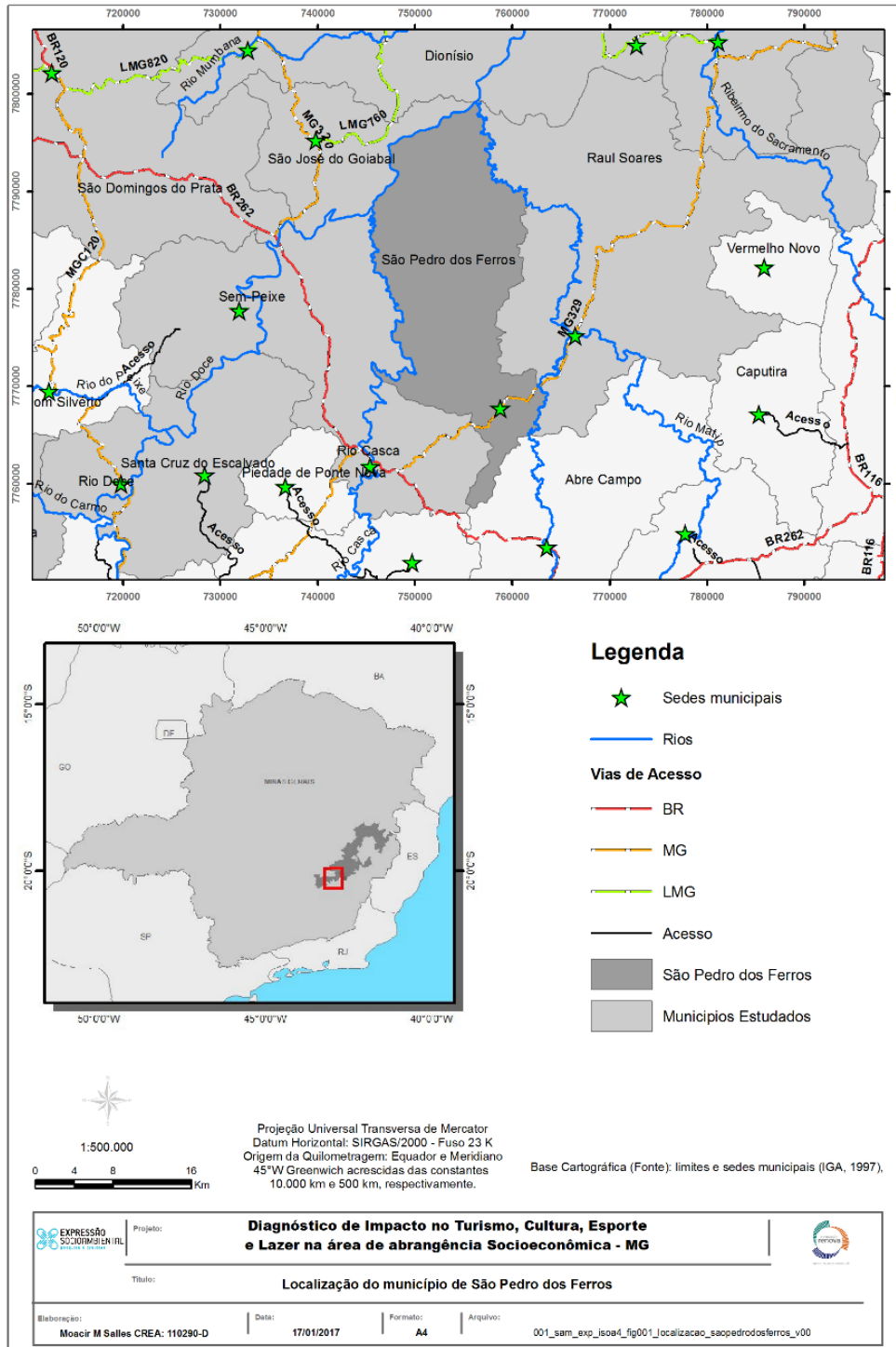


Figura 6 Mapa de localização município São Pedro dos Ferros

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de São Pedro dos Ferros, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,259 do IDHM total, 0,180 do IDHM longevidade, 0,137 no IDHM renda e 0,364 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - São Pedro dos Ferros e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
São Pedro dos Ferros	0,400	0,545	0,659	0,609	0,689	0,789	0,494	0,591	0,631	0,212	0,397	0,576
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de São Pedro dos Ferros foi de 0,659 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,212 para 0,576.

No entanto, observa-se que o IDHM de São Pedro dos Ferros manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a São Pedro dos Ferros, é possível identificar que o PIB do município apresentou declínio acentuado no período de 2011 a 2013, passando de 54,9%, entre 2010 e 2011, para -18,2%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se crescimento de 4,5% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 13,73% no período 2011-2013, sendo esta expressivamente superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de São Pedro dos Ferros cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de São Pedro dos Ferros e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
São Pedro dos Ferros	145.134	54,9	118.765	-8,2	124.146	4,5
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016.

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$11.217,74, em 2010, e R\$14.784,51, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135), embora não de modo significativo (PRÁXIS, 2016).

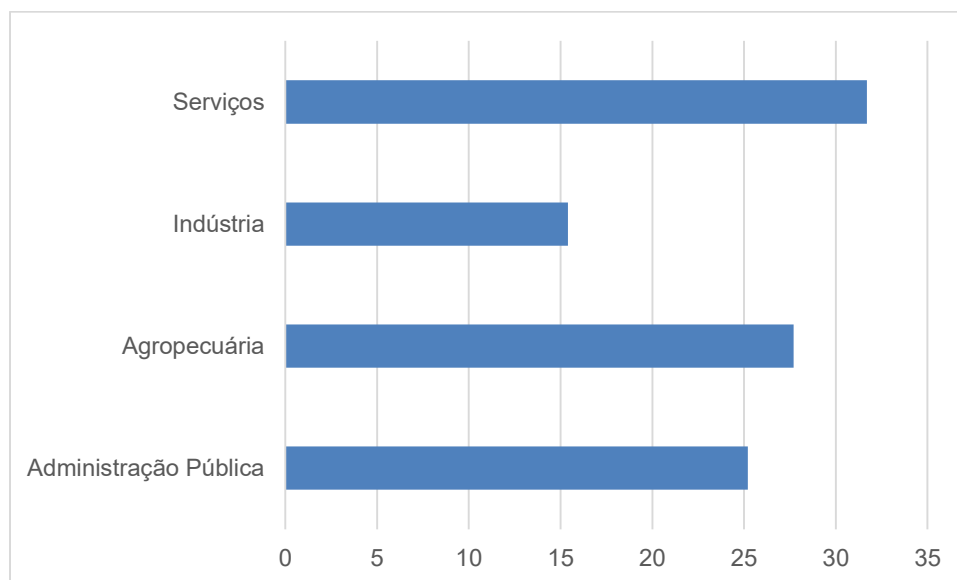
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de São Pedro dos Ferros encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 25,2% e 31,7%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de São Pedro dos Ferros



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 15,4% e 27,7%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, tanto naquilo que se refere ao setor industrial, quanto ao agropecuário (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de São Pedro dos Ferros possuía 3.250 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 3.371 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
São Pedro dos Ferros	3.250	3.371
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 212 empregos em 65 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 316 pessoas em 9 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 303 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Não foram identificadas informações referentes à legislação urbanística municipal por meio de dados primários ou secundários.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de São Pedro dos Ferros. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de São Pedro dos Ferros para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em São Pedro dos Ferros, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar no município 49 bens, serviços e atrativos.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – São Pedro dos Ferros

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	25
Equipamento de hospedagem	1
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	11
Transporte	3
Locais/templos de manifestação de fé	8
Serviços e equipamentos para eventos	1
Outro serviço e equipamento turístico	1
Equipamentos Culturais	7
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	4
Equipamentos de Esporte e Lazer	4
Atrativos	8
Atrativo natural	1
Atrativo cultural	7
Diversidade Cultural	5
Grupos Culturais	1
Calendário Cultural	4
Gastronomia	0
Total	49

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do turismo dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema turístico, que deve envolver um órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano, além da participação no programa de regionalização do ICMS turístico, este último prerrogativa específica de Minas Gerais.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹⁰”. Este

10 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa

indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, São Pedro dos Ferros ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas (FJP, 2013).

Em São Pedro dos Ferros o órgão responsável pela gestão da política pública de turismo é a Secretaria Municipal de Turismo. Todavia, o município não possui Plano Municipal de Turismo, principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento dessa política setorial.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

São Pedro dos Ferros não possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, principal instância de participação e controle social da política municipal de turismo.

Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Nesse sentido, os conselhos possibilitam que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

São Pedro dos Ferros não possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, importante instrumento de planejamento e organização orçamentária da política de turismo, possibilitando a captação de recursos em fontes diversas, em vista da viabilização de projetos e ações no setor.

estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

Em 2013, os gastos orçamentários de São Pedro dos Ferros na Subfunção Turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal, mesmo percentual registrado em 2009 (FJP, 2013).

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

São Pedro dos Ferros não participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs). Este se constitui no principal instrumento da gestão estadual, sendo, ainda, o mecanismo de inserção dos municípios na regionalização do turismo.

Informa-se que São Pedro dos Ferros não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa a investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasse mensais de recursos financeiros condicionados à formatação/implantação, por parte dos mesmos, de programas e projetos destinados ao desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

São Pedro dos Ferros não dispõe de Inventário de Oferta Turística – INVTUR, tendo sido necessário identificar e inventariar espaços/equipamentos de apoio turístico no município.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição foi inventariado o Hotel Dona Luzia, o qual possui 31 unidades habitacionais e um total de 65 leitos.



Figura 8 Hotel Dona Luzia

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Durante o levantamento de campo, foram identificados e inventariados em São Pedro dos Ferros 11 estabelecimentos do segmento de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados. São eles:

- Restaurante de Pedro;
- Bar Chão Mineiro;
- Padaria Teófilo II;
- Bar, Merceria e Restaurante Dona Delvina;
- Biscoiteria Martins Santana;
- Açougue e Merceria do João;
- Feira da Menininha;
- Bar Sem Compromisso;
- Bar do Ponto;
- Padaria Teófilo;
- Padaria Cezar's.

Tabela 8 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Restaurante de Pedro



Bar Chão Mineiro



Padaria Teófilo II e Bar



Mercearia e Restaurante da Delvina





Biscoiteria Martins Santaba



Açougue e Merceria do João



Feira da Menininha



Bar Sem Compromisso





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

Durante o levantamento de campo realizado em 2016 pela Expressão Socioambiental, foram identificados e inventariados os seguintes serviços de transporte em São Pedro dos Ferros: um prestador de serviço de táxi, o Senhor Geraldo Magela dos Santos, e duas empresas de ônibus que realizam viagens em linhas comerciais – Empresa São José e Viação Pássaro Verde.

Tabela 9 Serviços de Transporte



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Durante o levantamento de campo realizado em 2016 pela Expressão Socioambiental, não foram identificadas empresas que prestam serviço de agenciamento turístico em São Pedro dos Ferros.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

No segmento de infraestrutura e equipamentos para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows e outros, a pesquisa de campo possibilitou identificar e inventariar o Parque Municipal de Exposição Geraldo Batista.



Figura 9 Parque Municipal de Exposição Geraldo Batista



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

O levantamento de campo possibilitou inventariar oito locais e/ou templos de fé/edificações em São Pedro dos Ferros. São eles:

- Paróquia de São Pedro dos Ferros;
- Igreja Batista Renovada;
- Igreja Mundial do Poder de Deus;
- Igreja Deus é Amor;
- Igreja Metodista;
- Igreja Universal;
- Igreja Maranata;
- Igreja Sagrado Coração de Jesus (Igreja Velha).

Tabela 10 Locais e Templos de Fé/Edificações

Paróquia de São Pedro dos Ferros	Igreja Batista Renovada
	
Igreja Mundial do Poder de Deus	Igreja Deus é Amor
	

Igreja Metodista



Igreja Universal



Igreja Maranata



Igreja Sagrado Coração de Jesus (Igreja Velha)



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são

importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em São Pedro dos Ferros. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.7 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

Na pesquisa de campo foi inventariado a EMATER como um tipo de equipamento utilizado para fins turísticos, ainda que não tenha esse como seu uso principal.



Figura 10 EMATER - MG

Fonte: Expressão Socioambiental, 2015

3.2.1.2.8 Atrativos Naturais

Somente um atrativo natural foi inventariado em São Pedro dos Ferros, sendo ele a cachoeira Carro de Barro. Segundo o entrevistado durante o levantamento de campo, o entorno da cachoeira, que já foi muito utilizada por moradores e pessoas da região, encontra-

se descuidado. Ademais, esta não é sinalizada, ainda que seu acesso seja pavimentado. O atrativo se encontra em uma fazenda localizada na zona rural do município.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de São Pedro dos Ferros, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

Em São Pedro dos Ferros a gestão da política de cultura é uma atribuição da Divisão de Educação e Cultura da Prefeitura, órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

Na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Módulo Cultura¹¹, realizada pelo IBGE em 2014, consta que havia apenas um profissional para o desenvolvimento das funções do setor no município, sendo este comissionado e, portanto, sem vínculo permanente. A falta de equipe e recursos próprios para a gestão da cultura foi, inclusive, um dos principais problemas apontados durante a elaboração do DRP Cultural local¹² em 2014.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹³, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua

11 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

12 No final do ano de 2014, foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP no município de São Pedro dos Ferros, no contexto do Curso de Capacitação de Gestores Culturais, financiado pela empresa Arcelor Mittal Bioflorestas. Participaram de sua elaboração artistas, produtores e gestores culturais da região. Tal documento será usado como referência para a análise que se segue, ademais dos dados coletados em campo e dados secundários levantados durante a elaboração do presente diagnóstico.

13 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na

caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores do campo cultural.

São Pedro dos Ferros ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e não implantou o Sistema Municipal de Cultura e seus elementos componentes, entre os quais encontra-se o Plano Municipal de Cultura.

Realça-se também que o município não tem uma política estruturada e continuada na área cultural, realizando algumas ações pontuais de apoio às manifestações populares e tradicionais locais, conforme informado na MUNIC 2014. São elas: realização de festivais de cinema e vídeo; apoio a empreendimentos criativos; formação e capacitação; iniciativas de fomento à diversidade cultural; apoio às culturas populares; incentivo à leitura; oferta de cursos de artesanato, música, gestão cultural; apoio a palestras e seminários; realização de apresentações musicais, eventos, festas e celebrações.

Em geral, as ações mencionadas são desenvolvidas com recursos próprios, mas também em parceria com a iniciativa privada e a sociedade civil. Na pesquisa de campo, realizada em 2016, foi informado que o município tem há seis anos uma boa parceria com a Arcelor Mittal, que inclui ações de formação na área da arte, cultura e gestão cultural.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na gestão da política cultural, os dados levantados na pesquisa de campo indicam que São Pedro dos Ferros não possui Conselho Municipal de Cultura e nunca realizou conferências municipais de cultura.

Todavia, o município possui Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 020/01 de 2 de abril de 2001. Este órgão é paritário, consultivo,

implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer”.

deliberativo, normativo e fiscalizador. No DRP de 2014 consta que o referido Conselho havia ficado inativo entre 2012 e 2013, mas que o seu funcionamento já havia sido retomado. Os últimos membros efetivos e suplentes do Conselho foram designados pelo Decreto nº 10 de 2015.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

São Pedro dos Ferros não possui Fundo Municipal de Cultura e tampouco Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Os valores do orçamento municipal destinados à cultura podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁴. Neste, consta que cerca de R\$ 465 mil foram gastos na Função Cultura em 2014, o que correspondeu a 3% do orçamento municipal anual executado. Excetuando-se R\$ 388,00 gastos com a manutenção da Biblioteca e R\$ 6.187,79 gastos na manutenção do órgão gestor, toda a verba foi destinada à promoção de festas e eventos, como o Carnaval, a Cavalgada e a Festa do Ferrense Ausente.

Já no orçamento de 2015, o valor destinado para a Função Cultura foi um pouco menor – R\$430 mil, correspondentes a 3,1% do orçamento municipal realizado. Assim como no ano anterior, mais de 95% dos recursos destinados à cultura foram gastos com festas e eventos.

É fundamental destacar que tal situação, comumente encontrada nos municípios do interior, é desfavorável do ponto de vista da política cultural, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa - e subtrai a possibilidade de realização de atividades voltadas para as outras prioridades da Política Nacional de Cultura, entre elas a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a restauração e proteção do patrimônio material e imaterial, entre várias outras.

14 Porta do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

De acordo com informações dos participantes do DRP 2014, a prefeitura é a maior realizadora e financiadora de eventos no município, fornecendo itens como locação de som, palco, pagamento de cachês, estrutura e manutenção em geral.

As pequenas empresas e comerciantes locais participam também com recursos próprios, em geral para ajudar na divulgação e marketing. Também são realizadas campanhas junto à comunidade para viabilizar as atividades culturais locais.

Foi informado no DRP que há empresas na região com potencial para financiamento de projetos através de leis de incentivo, especialmente Franbom, Arcelor Mittal, Jatiboca e Granasa. Todavia, os artistas e grupos desconhecem as fontes de financiamento e formas de captação de recursos.

O município tem participado de forma irregular da política estadual de ICMS Cultural¹⁵, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada à cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir, São Pedro dos Ferros não recebeu recursos em 2015 e 2016 por não ter apresentado a documentação exigida pelo IEPHA para receber a pontuação no ICMS Cultural. Para o exercício 2017, o município voltou a pontuar, ainda que em patamar inferior ao que possuía anteriormente.

15 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Tabela 11 Pontuação no ICMS Cultural – São Pedro dos Ferros (2013-2017)

Município	Exercício 2017	Exercício 2015	Exercício 2013
São Pedro dos Ferros	4,99	SI	6,40

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 12 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – São Pedro dos Ferros (2014-2016)

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016
São Pedro dos Ferros	810,11	SI	SI

Fonte: FJP, 2016

São Pedro dos Ferros conta com Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 17 de 2009. Segundo declaração da prefeitura entregue ao IEPHA no exercício 2017, os recursos aplicados pelo Fundo foram todos destinados “à finalidade específica de sua criação, e que não há previsão de dotação orçamentária específica para o mesmo”.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

São Pedro dos Ferros não dispõe de Inventário de Oferta Turística – INVTUR. Por isso, fez-se necessário coletar dados e informações para o início de uma inventariação cultural. Os espaços e equipamentos culturais identificados na pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

À exceção da biblioteca pública, São Pedro dos Ferros não dispõe de museu, galeria ou outro espaço para exposição, consulta e fruição de seus acervos, bem como de arquivo

público para o abrigo e conservação de documentos que registram a história e a memória locais e regionais.

3.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

De acordo com a gestora municipal entrevistada, São Pedro dos Ferros possui: uma biblioteca pública; um centro cultural; um espaço para abrigar feira de artesanato; um cinema denominado Jacarandá, que abriga também espetáculos teatrais; e um espaço para circo.

A Biblioteca Pública Municipal Joaquim Camargo ocupa uma área de apenas 48m², possui 2.253 leitores cadastrados, encontra-se em estado de conservação regular e tem acervo de 7 a 10 mil livros (SEC, 2016).

3.2.2.3 Atrativos Culturais

As informações disponíveis para São Pedro dos Ferros na MUNIC 2014 apontam a presença de atividades e grupos culturais nas áreas do teatro, culturas populares, capoeira, blocos carnavalescos, dança e música, além do artesanato em bordado, fibras vegetais e materiais reciclados.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os levantamentos de dados primários, em campo, bem como em fontes de dados secundários não evidenciaram expressiva diversidade cultural no município de São Pedro dos Ferros.

Para além das manifestações religiosas tradicionais, o levantamento em campo possibilitou identificar que o artesanato é uma das principais manifestações culturais locais. Entre esses saberes e fazeres locais, registrou-se o trabalho artesanal com decoupage, bordados, e objetos com cabaça e biscuit. Há também artesãos e artistas que se dedicam à produção de obras com material reaproveitado e à pintura. Os levantamentos também possibilitaram apurar que é comum que os artesãos produzam e comercializem seus trabalhos em suas próprias casas.

Na área da gastronomia não foi identificada nenhuma iguaria típica.

O inventário cultural possibilitou identificar o Congado Reinado do Rosário, criado em 1995. Com sede própria, o referido Congado tem como referência a residência da secretária do Grupo.

São Pedro dos Ferros possui também um grupo de teatro amador, denominado Coração de Ferro. Esse grupo foi criado em 2010 e em sua curta trajetória já participou de diversas Mostras de Teatro em cidades de Minas Gerais e realizou inúmeras apresentações independentes¹⁶.



Figura 12 Cartaz de divulgação de apresentação do Grupo Coração de Ferro

Fonte: <https://pascoalonline.blogspot.com.br/2015/08/grupo-de-teatro-coracao-de-ferro-direto.html>

Recentemente foram retomadas as atividades da banda Lira Carlos Gomes, com aquisição de instrumentos e aulas de formação musical. O município também tem grupos musicais.

¹⁶ <http://primeirosinal.com.br/comunidade/grupo-de-teatro-cora%C3%A7%C3%A3o-de-ferro>. Visita em 09/12/2016.

Vale destacar o Projeto Memória, iniciativa que busca manter viva a história da cidade através de uma página no Facebook dedicada ao “resgate histórico e fotográfico de São Pedro dos Ferros”.



Figura 13 Imagem da página do Projeto Memória

Fonte: <https://www.facebook.com/stellamarisbarbosa.com.br/photos/a.1577132059277247.1073741826.1577038549286598/1717783871878731/?type=3&theater>

Ainda em relação à temática da memória, salienta-se que durante o Curso de Capacitação de Gestores Culturais, realizado em 2014, foi feito um módulo objetivando identificar o patrimônio urbano do município. Uma das conclusões do trabalho é importante, uma vez que identifica que “mesmo sendo um município de porte pequeno em termos de população, foi apontado pelos participantes como um município que historicamente já teve importância regional, seja pela linha férrea que cortava a cidade e a existência de equipamentos de cultura e lazer de médio porte. O município chegou a possuir três cinemas nas décadas de 50 e até um cinema na área rural. Além disso, haviam dois clubes sociais para distintas classes sociais do município”.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Durante o Curso de Capacitação de Gestores Culturais, realizado em São Pedro dos Ferros no ano de 2014, destacou-se que “umas das preciosidades em termos de patrimônio cultural

edificado que a cidade ainda possui é um cinema dos anos 1950-60. Localizado na praça principal do município e fechado há várias décadas ele mantém o interior original, inclusive o mobiliário, a tela, decoração e dois projetores para filmes em películas 35 milímetros. A Prefeitura adquiriu o cinema há algum tempo e montou no saguão do espaço uma espécie de telecentro, porém sem utilizar o interior do cinema, que apesar de sujo e empoeirado, aparentemente está em bom estado como pudemos constatar na visita interna ao cinema”.

Na área da formação artística e cultural, as principais ações existentes, segundo o DRP 2014, são:

- Cursos do PRONATEC (bordado e técnico em artesanato);
- Cursos de artesanato e dança no CRAS;
- Cursos oferecidos pela Arcelor Mittal e outros parceiros (LEV, Rede Teia, Capacitação de gestores);
- Aulas particulares de música;
- ONG Arte e vida solidária – cursos de capoeira, pintura, costura, informática;
- Cursos na Associação da Pirraça – SENAR, bordados, doces, panificação;
- Cursos do SENAR – queijo, doces cristalizados, licor;
- Cursos da Cozinha Brasil – alimentação saudável;
- Karatê;
- Carreta com curso de informática.



Figura 14 Aulas de capoeira da ONG Arte e Vida Solidária

Fonte: <http://ongartevida.blogspot.com.br/>

Ademais, o município recebe, além de apresentações artísticas, oficinas e atividades formativas através da Arcelor Mittal Bioflorestas.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural de São Pedro dos Ferros se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Fevereiro: carnaval, com desfile de blocos;
- Abril: Semana Santa;
- Junho e Julho: Festa Junina e Festa de São Pedro, padroeiro da cidade;
- Julho: Festa do Ferrense Ausente e Feira de Artesanato;
- Agosto: Festival de Pipas;
- Novembro: Desfile Cultural.



Figura 15 Festival de Pipas

Fonte: <http://www.saopedrodosferros.mg.gov.br/arquivos/noticia/iv-festival-de-pipas-uma-revoada-no-ceu>



Figura 16 Cartaz de divulgação da 46ª. Festa do Ferrense Ausente

Fonte: <http://gabrazil.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/expo-s%C3%A3o-pedro.jpg>

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A política de preservação do patrimônio histórico e artístico de São Pedro dos Ferros é regida pela Lei Municipal nº 009 de 29 de março de 2001, em alinhamento com as condicionantes da política estadual do ICMS Patrimônio Cultural e os sistemas estadual e nacional de cultura.

São Pedro dos Ferros participa da política do ICMS Patrimônio Cultural, tendo obtido a pontuação 4,99 para o exercício 2017. Conforme dados disponibilizados pelo IEPHA, o

município não possui nenhum bem material tombado ou bem imaterial registrado na esfera estadual.

No exercício de 2017, o município apresenta ao IEPHA seu Plano de Inventário Municipal, a fim de organizar e direcionar “o desenvolvimento futuro dos bens inventariados, quanto a sua preservação e fruição” (ICMS Patrimônio Cultural). Ainda segundo esse Plano, são tombados pelo município: as igrejas Matriz de São Pedro e Sagrado Coração de Jesus, a Estação Ferroviária, o Solar dos Guzella e a imagem de São Pedro dos Ferros. O documento considera como patrimônio imaterial relevante a Festa do Ferrense Ausente, que possui mais de 30 anos de tradição.

Tabela 13 Patrimônio Cultural e Memória



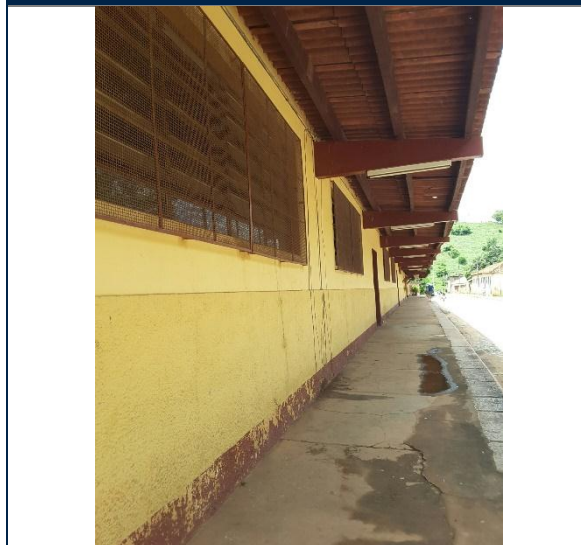
Trabalho de Cristina Canadense



Cemitério Paroquial de São Pedro dos Ferros



Estação Ferroviária de Pedro dos Ferros



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Em São Pedro dos Ferros, o Plano de Inventário Municipal, exercício 2017, define entre as ações previstas o desenvolvimento de um projeto de educação patrimonial junto às escolas

públicas, voltado para “a valorização dos valores da terra, principalmente entre as crianças e jovens”.

Outra iniciativa observada é o Projeto Memória, que busca manter viva a história da cidade através de uma página no Facebook dedicada ao “resgate histórico e fotográfico de São Pedro dos Ferros”.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS

GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de São Pedro dos Ferros, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; e espaços/equipamentos.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em São Pedro dos Ferros é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Esportes. Trata-se, portanto, de órgão que acumula, entre as suas funções, a gestão de distintas políticas setoriais. Todavia, durante o levantamento de campo, o representante municipal entrevistado informou que o referido órgão não se encontra adequadamente estruturado para a gestão da política de esporte.

Embora a Política Nacional do Esporte assinale que deve-se “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, São Pedro dos Ferros não implementou Plano Municipal de Esporte e Lazer. O

município também não possui um sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar as políticas setoriais em questão.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Conforme dados coletados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, São Pedro dos Ferros possui Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei nº 18 de 18 de dezembro de 2009. Porém, o referido Conselho encontra-se inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, São Pedro dos Ferros não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e tampouco de legislação de incentivo a esses setores.

De acordo com o representante municipal entrevistado, o município não possui dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Esportes. Todavia, ele informou que a prefeitura utiliza recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

A análise do indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”¹⁷ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Esporte e Lazer possibilita notar que, em 2013, os gastos orçamentários de São Pedro dos Ferros nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,2% do orçamento municipal total. Em 2009, esse percentual foi de 0,1% (FJP, 2013), representando um aumento de 0,1% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

17 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

Vale ressaltar que o entrevistado respondeu que não houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer no município em decorrência do Evento.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que São Pedro dos Ferros tem participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Em 2015, a Federação Mineira de Xadrez teve um projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no edital 01/2015. O projeto Mentes Brilhantes seria desenvolvido em oito municípios, entre os quais encontrava-se São Pedro dos Ferros. Porém, a instituição proponente desistiu da captação do recurso necessário e o projeto não foi realizado.

Nas pesquisas de campo, não foram identificados os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município.

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹⁸, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que, em 2012, São Pedro dos Ferros, com um índice de 2, foi um entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações para o desenvolvimento do esporte e lazer (FJP, 2013).

Segundo o Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportivo (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015, São Pedro dos Ferros não obteve pontuação no período avaliado, visto que seu Conselho Municipal de Esportes se encontra cadastrado, porém inativo (MINAS GERAIS, 2016).

18 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui quatro espaços de esporte e/ou lazer que se constituem em ponto de encontro da comunidade para atividades de recreação, lazer, festas, eventos e atividades físicas, esportivas, escolares e culturais. São eles:

- Praça Prefeito Armando Rios;
- Caiçaras Social Clube;
- Campo Ferrense;
- Praça José Peres.

Tabela 14 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*¹⁹, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância²⁰. As taxonomias utilizadas foram: I) São Pedro dos Ferros E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) São Pedro dos Ferros E barragem. Para São Pedro dos Ferros, a utilização das taxonomias gerou inúmeros resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 15 Clipping de notícias - São Pedro dos Ferros.

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1	05/11/2016	Organics News Brasil	goo.gl/2b3yqA	Nacional	Negativo
Municípios atingidos por lama terão mais R\$ 2 milhões do governo federal	05/04/2016	G1	https://goo.gl/GaTVDI	Nacional	Negativo
#NãoEsqueçaMariana - Um ano do rompimento da barragem de Fundão	26/10/2016	Ministério Público de MG	goo.gl/2vWvbv	Regional	Negativo

19 goo.gl/46bXSx

20 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 12/01/2016.

CBH-Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da BARRAGEM DE FUNDÃO	19/05/2016	IBIO AGD Doce	goo.gl/3P00em	Regional	Neutro
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operaria	goo.gl/ApCQgw	Nacional	Negativo
Samarco assina acordo de R\$20 bi para recuperação do rio Doce	03/03/2016	Diário Popular MG	goo.gl/cVhOA8	Regional	Negativo
Verba (pouca) para municípios afetados pela lama	11/04/2016	Folha de Ponte Nova	goo.gl/ehv17Z	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A equipe do sítio Organics News Brasil – Estilo de Viver Sustentável publicou, no exato um ano após o Evento (05/11/2016), matéria intitulada “Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1”²¹, tratando-se de uma retrospectiva “mês a mês”²². A notícia destaca as ações da Samarco, do Ministério Público, organizações e instituições diversas, a exemplo do Grupo Governança pelo Rio Doce²³ e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)²⁴. A reportagem discrimina o valor que seria repassado pelo Ministério da Saúde para cada município

²¹ goo.gl/KNQs30

²² À retrospectiva é conferida autoria às jornalistas Luciana Almeida e Vera Moreira, além da produtora Carolina Moreira.

²³ goo.gl/YyhuDI

²⁴ goo.gl/zluzsz

impactado a fim de promover ações contingenciais de vigilância sanitária. São Pedro dos Ferros aparece nesta listagem, e o valor destinado ao município, segundo informações do G1, seria de R\$ 22.734,83.

A referida reportagem no site do G1, também foi capturada sob o título “Municípios atingidos por lama terão mais R\$ 2 milhões do governo federal”²⁵. Nela, divulga-se o comunicado oficial de liberação de verba do Ministério da Saúde para os municípios atingidos, dentre eles São Pedro dos Ferros, bem como seus montantes específicos.

O site do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), instituição que tem sido bastante atuante como grupo de pressão e quanto à fiscalização desde o ocorrido, enfatiza ao longo da reportagem que este foi “o maior desastre socioambiental da história do Brasil”.

Ratifica, ainda, as diversas frentes em que o MP tem atuado, junto a outros órgãos, e menciona a instauração do Inquérito Civil, no dia seguinte ao evento, para apurar as causas, desdobramento e responsáveis pelo rompimento da barragem do Fundão. A postagem elenca os principais municípios atingidos em decorrência do rompimento e São Pedro dos Ferros aparece listado.

A notícia vinculada no site da CBH-DOCE, que é a página do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, noticia um encontro que ocorreu no município de Mariana com representantes dos comitês que compõem a Bacia do Rio e gestores das 39 cidades atingidas pelo Evento. A ocasião visava a apresentar e debater o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela empresa Samarco.

Para além da discussão referente aos programas do TTAC, que objetiva reparar e mitigar os impactos decorrentes do evento (programas voltados à segurança hídrica e qualidade da água, destinação de resíduos sólidos e melhoria dos sistemas de abastecimento de água), a matéria também menciona a organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. São Pedro dos Ferros aparece listado como um dos municípios pertencentes à área ambiental 2 do TTAC, que estão no escopo deste fórum.

25 <https://goo.gl/GaTVD>

A matéria publicada no sítio Liga Operária²⁶ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco” afirma não ter havido punição para as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, que teria sido um “crime premeditado”. Entre as consequências descritas se encontra a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Já uma série de outras localidades é listada, a fim de demonstrar que, cerca de um ano após o ocorrido, os impactos não foram mitigados. Entre essas localidades, encontra-se São Pedro dos Ferros.

O sítio no qual a matéria foi publicada consubstancia o seu teor crítico, uma vez que se trata de uma dissidência do movimento sindical surgida nos anos 1990. Esta se coloca contra a busca do empresariado pelo lucro e como defensora dos interesses dos trabalhadores e do povo, em geral.

A notícia “Samarco assina acordo de R\$20 bi para a recuperação do rio Doce”, publicada pelo portal Diário Popular informa sobre a reunião realizada em Brasília e composta por representantes da Samarco, a Presidente da República Dilma Rousseff, entre outros. O objetivo da reunião era de efetivar a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TTAC). O município de São Pedro dos Ferros, mais uma vez, é citado entre aqueles que receberiam aporte financeiro do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Por fim, a postagem intitulada “Verba (pouca) para municípios afetados pela lama”, demarca um posicionamento a partir do título e informa a divulgação feita pela Anvisa autorizando a complementação do repasse financeiro aos municípios das regiões atingidas pelo evento. Conforme a publicação, o montante total era de R\$ 106,4 mil, para serem distribuídos entre os municípios de Barra Longa, Ponte Nova, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, São Pedro dos Ferros e Sem Peixe. Ainda, o valor destinado a São Pedro dos Ferros foi de R\$ 8.922,13.

26 goo.gl/oFV2IU

plataforma Rio Doce Vivo²⁸, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁹ e a Onda Política³⁰ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³¹ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³², que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 16 Síntese de citações – São Pedro dos Ferros

Município de São Pedro dos Ferros		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não

28 goo.gl/hBGDKp

29 goo.gl/BcEHVc

30 goo.gl/x1VYhC

31 Organização Não Governamental

32 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima, é possível observar que São Pedro dos Ferros foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³³ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁴, de dezembro de 2015, são sistematizadas informações acerca do evento, a fim de discutir o papel desempenhado pela atividade mineradora no Brasil³⁵. A publicação é fruto de parceria firmada entre pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁶.

33 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

34 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

35 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41

36 goo.gl/Ry1Shs



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional do turismo, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do setor no município. Desse modo, verifica-se que São Pedro dos Ferros não conta com uma estrutura de gestão da política de turismo consolidada e em conformidade com as diretrizes nacionais do setor.

A principal potencialidade observada em São Pedro dos Ferros para o turismo é a cachoeira Carro de Barro, tendo em vista que a criação de melhores condições de acesso pode levar a população local e da região retomar sua frequentação, atualmente incipiente.

Já naquilo que se refere às fragilidades, observou-se a insuficiente infraestrutura de equipamentos e receptivos no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos), a carência de atrativos com apelo turístico e a baixa sensibilização e mobilização da população local para tal atividade.

4.2 Cultura

O levantamento de dados em campo não revelou expressiva diversidade cultural em São Pedro dos Ferros. O artesanato é uma de suas principais manifestações culturais, ao que se soma a força das tradições religiosas. Vale destacar também o congado, o teatro amador, a corporação musical e os vários cursos de formação artística e cultural ofertados.

O município apresenta incipiente desenvolvimento institucional, não tendo ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e, por conseguinte, não instituído o Sistema Municipal de Cultura, com seus elementos básicos. Conforme exposto, embora possua órgão público com a atribuição de gerir a política municipal de cultura, São Pedro dos Ferros não possui Conselho Municipal de Política Cultural, Fundo e Plano Municipal de Cultura.

Desse modo, verifica-se que a política cultural local não apresenta ações continuadas e consistentes, dedicando praticamente a totalidade de seu orçamento para a realização de festas e eventos em datas comemorativas.

Também em relação à política de patrimônio, o município carece de melhor estruturação e planejamento para que possa participar de forma mais efetiva dos benefícios do ICMS Patrimônio Cultural e garantir a preservação de seus bens culturais.

Durante a realização do DRP de 2014 foram levantados os pontos fracos / dificuldades e os pontos fortes / potencialidades da cultura em São Pedro dos Ferros. De acordo com tal documento, as principais fragilidades locais são:

- Política pública municipal de cultura sem estrutura, equipe e recurso próprios;
- Falta de espaço para comercialização do artesanato e produtos locais;
- Falta cuidado com o patrimônio;
- Desvalorização dos artistas locais nos eventos e festas;
- Falta de apoio e financiamento aos grupos e manifestações culturais;
- Falta de conscientização da comunidade sobre a importância da cultura;
- Falta divulgação e conhecimento da história das manifestações;
- Falta de estrutura para as práticas culturais;
- Espaços físicos com infraestrutura inadequada, sem programação, projetos regulares e divulgação;
- Faltam verbas específicas para a área cultural, tanto no âmbito da administração municipal quanto do investimento privado (pequenos valores);
- Desconhecimento sobre fontes de financiamento e formas de captação de recursos;
- Dificuldades de financiamento e sustentabilidade das manifestações culturais em geral. Ex: congado, banda, etc;
- Perda de tradições / manifestações locais;
- Desaceleração da economia impactando a cultura local;
- Inexistência de projetos contínuos ao longo do ano – foco maior em eventos.

Quanto aos pontos fortes e potencialidades identificadas realçadas à época, destacam-se:

- Existência de diversos espaços físicos potenciais para as práticas culturais;
- Disponibilidade de artistas e grupos culturais;
- Existência de meios de comunicação locais;
- Existência de calendário municipal regular de eventos;
- Tradição cultural da cidade – eventos e manifestações tradicionais;
- Costume local de investimento em atividades culturais, tanto por parte da Prefeitura quanto de pequenos comerciantes;
- Existência de empresas com potencial de patrocínio na região (Arcelor, Franbom, Granasa e Jatiboca);
- Existência de entidades não governamentais registradas no município;
- Existência de conselho municipal de patrimônio cultural.

Pelo exposto e analisado, considera-se fundamental que o município envide esforços na estruturação de seu Sistema Municipal de Cultura, com todos seus componentes, de forma a incrementar e fortalecer a ação cultural local, a prestação de serviços culturais permanentes, a proteção do patrimônio cultural material e imaterial, garantindo a democratização da cultura para a população ferrense.

4.3 Esporte e Lazer

São Pedro dos Ferros apresenta frágil estrutura institucional voltada para o esporte e o lazer, o que se expressa pelo acúmulo de distintas políticas setoriais entre as atribuições de seu órgão gestor. Ademais, o representante municipal entrevistado informou que não haver dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Esportes.

Estão ausentes o Fundo Municipal de Esportes, o Plano Municipal de Esportes e legislação que apoie e incentive as políticas em questão. Ainda nesse sentido, o Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo a participação do município em programas que

proporcionariam uma melhoria em sua arrecadação financeira, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

Quanto à adesão deste município em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, foi registrada participação em dois programas: os Jogos Escolares de Minas Gerais e a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Entretanto, a instituição proponente do projeto aprovado neste programa desistiu da captação de recursos financeiros, não tendo este sido executado.

O representante municipal entrevistado reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois serve de incentivo e modo de afastar as crianças das drogas e violência.

Entre as potencialidades observadas, encontram-se o desenvolvimento e o fomento de atividades já presentes no município, a exemplo do xadrez, bem como da criação de espaços propícios às práticas esportivas em locais públicos, a exemplo de praças. Quanto às fragilidades, verifica-se a incipiente estrutura institucional e de articulação entre os setores público e privado.

Ainda de acordo com o entrevistado, o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de São Pedro dos Ferros, uma vez que, assim como o esporte, auxilia na convivência social. De acordo com as suas percepções, as atividades e os eventos organizados pelo município (Escola de Futebol de Campo e Etapa da Copa Minas de Ciclismo) são as maiores potencialidades observadas. Contudo, a falta de incentivo dos setores público e privado são destacadas como as principais fragilidades observadas.

Desse modo, verificou-se que a estrutura institucional de São Pedro dos Ferros para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer local, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em equipamentos, espaços e programas são medidas necessárias à elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 17.

Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											

Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Impacto sobre Bens Imóveis											
Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
Impacto sobre Bens Móveis											
Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
Alteração de Costumes Locais											
Alteração na Agenda Cultural											
Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
Alteração do Calendário Esportivo											
Alteração de atividades de entidades esportivas											
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Impacto sobre Espaços de Sociabilização											

Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 18 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 18 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura abaixo:

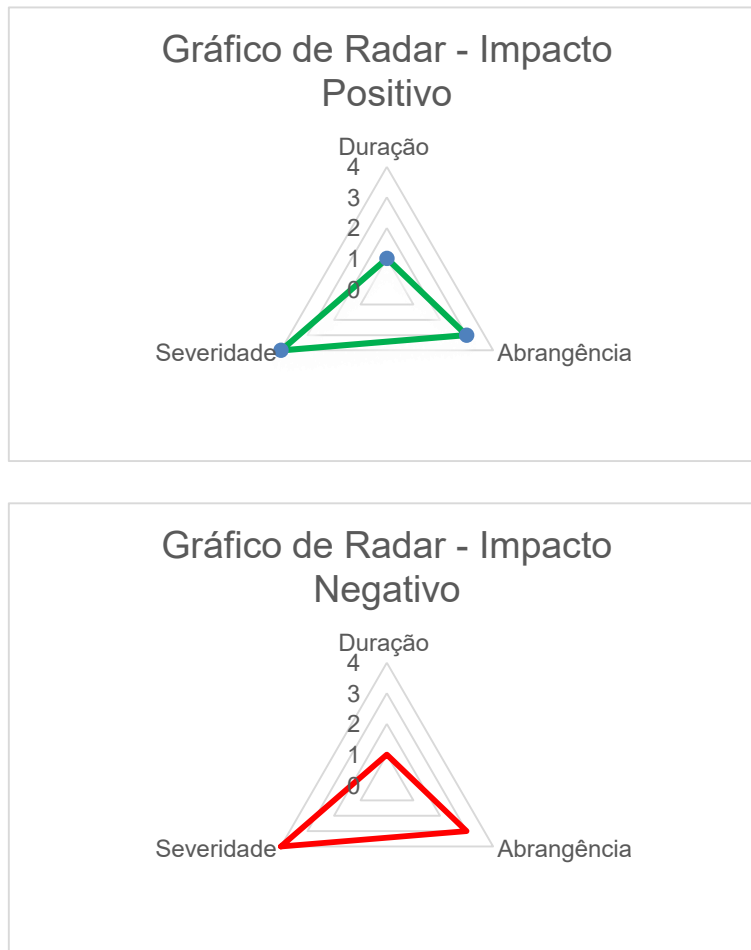


Figura 19 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 20 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

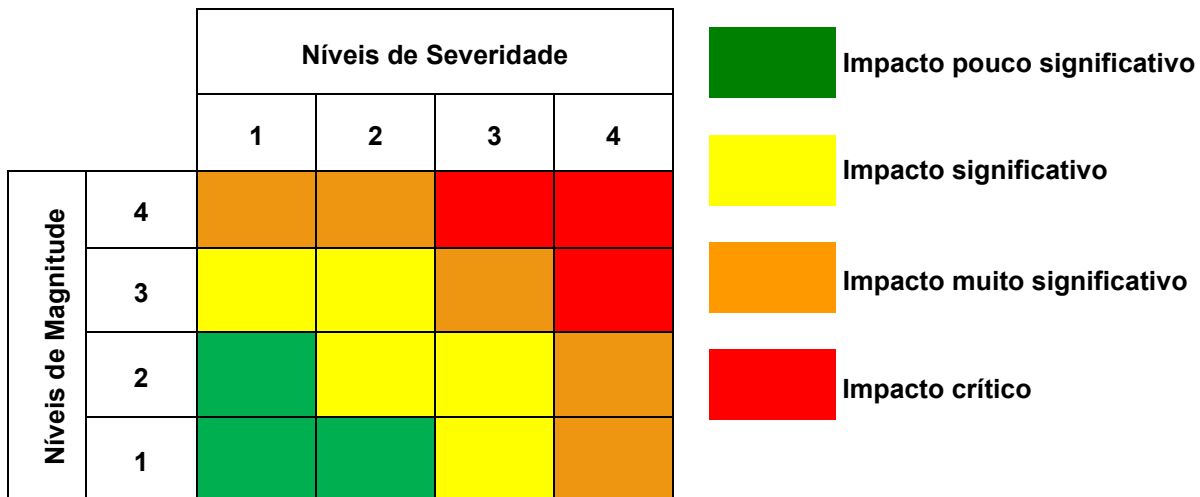


Figura 20 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.



Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de São Pedro dos Ferros requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal de São Pedro dos Ferros dista aproximadamente 25 km (em linha reta) do rio Doce e não foram identificadas comunidades próximas à calha do rio Doce.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 2 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, do esporte e lazer em São Pedro dos Ferros.

5.2.1 Impacto na Imagem do Município

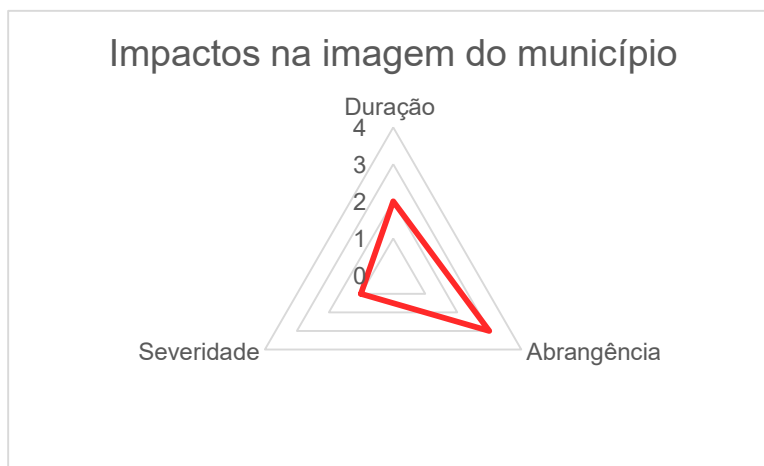
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado também a ciência.

A presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de São Pedro dos Ferros. Para tanto, foi elaborado um *clipping* de notícias e um recorte amostral de artigos científicos, conforme exposto na seção de Diagnóstico.

Conforme exposto na seção de diagnóstico, os resultados da pesquisa no google com as taxonomias definidas para São Pedro dos Ferros, permitem observar que as referências a São Pedro dos Ferros são, em geral, citações em listagens, apenas como um entre as áreas afetadas. Assim, não foram identificadas informações aprofundadas tampouco impactos significativos na imagem do município. Também com relação aos textos acadêmicos, ainda que o município tenha sido citado em relatórios, verifica-se que o foi em meio a listagem. Assim, as matérias e artigos mencionados apresentam, em linhas gerais, abordagens marcadas pelo tom negativo do Evento de rompimento da barragem de Fundão, seja em relação aos seus fatores geradores ou às suas consequências.

Considerados os aspectos supramencionados avalia-se que o efeito da repercussão do Evento de rompimento da barragem de Fundão nas mídias e no meio acadêmico sobre a imagem do município é negativo e direto. Além disso, considera-se que ele é abrangência municipal (3), tendo em vista que não há repercussão significativa, de média duração (2), já que seus efeitos deverão ser sentidos por um período de até 5 anos, e de baixa severidade (1).

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as variáveis analisadas conclui-se que este impacto é significativo (2).

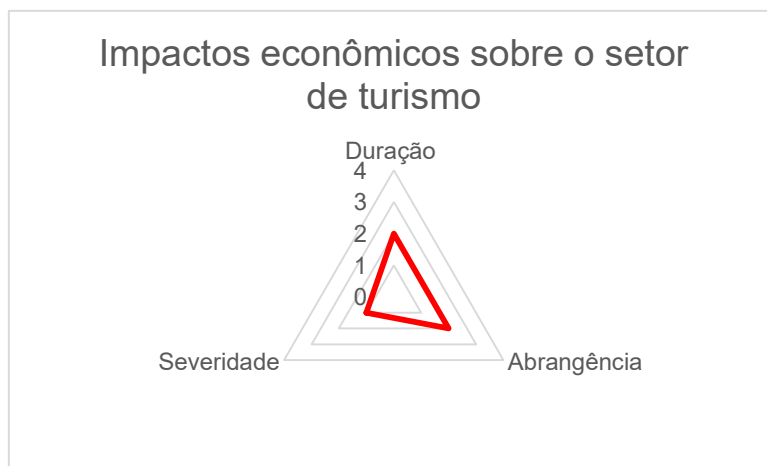
5.2.2 Impactos Econômicos sobre o Setor de Turismo

- Impactos sobre serviços e equipamentos de Alimentos e Bebidas

De todos 11 empreendimentos inventariados apenas dois sentiram algum tipo de impacto após o rompimento da barragem de Fundão. Ao referenciar os impactos negativos o responsável por um empreendimento associa a diminuição de arrecadação à diminuição de pescadores que frequentam atualmente o local.

Trata-se, pois, de um impacto de natureza negativa, diretamente relacionado ao Evento, de abrangência comunitária (2) e média duração (2). Avalia-se a sua severidade como baixa (1), em razão da pequena alteração sobre o ponto de vista econômico de uma pequena parte do setor de alimentos e bebidas.

Gráfico 3 Impactos econômicos sobre o setor de turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função da abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como pouco significativo (1).

Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre a imagem do município	Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	1	1
Impacto econômico no setor de turismo	Alimentos e bebidas	IN	ID	2	2	1	1	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos em Referências



6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 20 Listagem de participantes de reunião institucional em São Pedro dos Ferros

Nome	Nome do órgão/setor
Margareth Pimentel	Secretaria de cultura, turismo, esporte e lazer
Crezio Maximiliano	Vigilante/departamento de Esportes

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 21 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP



Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.

Disponível

em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. SÃO PEDRO DOS FERROS [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL SÃO PEDRO DOS FERROS IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/. ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <<HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/>> ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SÃO PEDRO DOS FERROS EXERCÍCIO 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < <HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS> >. ACESSO EM: 23/11/ 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://www.saopedrodosferros.mg.gov.br/>

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.